

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas utilizadas	11
1. Regime geral de reparação de danos provocados pela actuação da Administração	
1.1. Reconhecimento constitucional do direito a indemnização por actos ilícitos praticados pela Administração	15
1.2. Regime geral responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entes públicos	16
1.2.1. Requisitos gerais da responsabilidade civil extracontratual da Administração Tributária	17
1.2.1.1. Facto	18
1.2.1.2. Ilícitude	19
1.2.1.3. Culpa	20
1.2.1.3.1. Prova da culpa	21
1.2.1.3.2. Presunções de culpa	22
1.2.1.4. Obrigação de indemnização	23
1.2.1.4.1. Nexo de causalidade	24
1.2.1.4.2. Despesas com honorários de advogado ou solicitador	26
1.3. Responsabilidade pessoal de titulares de órgãos, funcionários e agentes da Administração Tributária	28
1.3.1. O direito de regresso	29
2. Regime especial de reparação de danos emergentes de actos de liquidação ilegais	
2.1. Relações jurídicas tributárias	35
2.2. Subordinação à constituição do regime especial de reparação de danos dos contribuintes	37
2.3. Juros indemnizatórios	40
2.3.1. Requisitos do direito a juros indemnizatórios nos casos de anulação de actos de liquidação ilegais	41

ÍNDICE GERAL

2.3.1.1. Erro imputável aos serviços de que resulte pagamento da dívida tributária em montante superior ao legalmente devido	41
2.3.1.1.1. Situações de erro imputável aos serviços	41
2.3.1.1.2. Situações de anulação por vício não substancial	42
2.3.1.1.3. Erro imputável aos serviços – Culpa	49
2.3.1.1.4. Reconhecimento do erro imputável aos serviços	56
2.3.1.2. Incumprimento do prazo de restituição oficiosa dos impostos	64
2.3.1.3. Juros indemnizatórios nos casos de anulação de liquidação com fundamento em erro imputável ao contribuinte	64
2.3.1.4. Juros indemnizatórios nos casos de anulação por vícios de forma ou procedimentais	68
2.3.1.5. Justificação das diferenças de regimes de juros indemnizatórios	71
2.3.1.6. Aplicação no tempo das normas sobre juros indemnizatórios	74
2.3.1.7. Alteração das taxas de juros indemnizatórios	77
2.3.1.8. Contagem dos juros indemnizatórios e juros de mora	78
2.3.1.9. Prazo para pagamento dos juros indemnizatórios	79
2.3.1.9.1. Alcance da fixação do prazo de pagamento de juros indemnizatórios	80
2.3.1.10. Posição da Administração Tributária sobre juros indemnizatórios	81
2.3.1.11. Impugnação das decisões da Administração Tributária relativas a juros indemnizatórios	83
2.3.1.11.1. Interpretações possíveis do n.º 4 do art. 61.º do CPPT	83
a) Primeira interpretação	83
b) Segunda interpretação	85
2.3.1.12. Formulação de pedido de juros indemnizatórios	87
2.3.1.12.1. Não atribuição oficiosa de juros indemnizatórios	87
2.3.1.12.2. Acção para reconhecimento de um direito ou interesse legítimo	90
2.4. Juros de mora a favor do contribuinte	93
2.4.1. Juros de mora em situações não previstas nas leis tributárias	94
2.4.2. Termo inicial da contagem de juros de mora	98
2.4.2.1. Interpretação do art. 146.º, n.º 2, do CPPT	99
2.4.2.2. Termo final da contagem dos juros de mora	103
2.4.3. Aplicação no tempo das normas sobre juros de mora	104
2.4.4. Taxas dos juros de mora	104
2.4.5. Diferença de taxas de juros de mora a favor da Fazenda Nacional e a favor do contribuinte	105
2.4.5.1. Regime dos juros de mora a favor da Fazenda Nacional	105

ÍNDICE GERAL

2.4.5.2. Taxa de juros de mora a favor da Fazenda Nacional	107
2.4.5.3. Justificação para a diferença de regime de juros de mora a favor do contribuinte e da Fazenda Nacional	108
2.5. Cumulação de juros indemnizatórios e juros de mora	109
2.5.1. Dificuldade de compatibilização do art. 100.º com o art. 102.º, n.º 2, da LGT	109
2.5.2. Afastamento da norma do art.100.º, nas situações previstas no art. 102.º	110
2.5.3. Cumulação de juros indemnizatórios e juros de mora a partir do prazo de execução espontânea	110
2.5.4. Compatibilização através de interpretação correctiva	112
2.5.5. Fundamento da atribuição de juros indemnizatórios relativos ao período anterior ao termo do prazo de execução da decisão	113
2.5.6. Compatibilização dos arts. 100.º e 102.º, n.º 2, da LGT e do art. 61.º, n.º 3, do CPPT quanto à existência de juros indemni- zatórios relativos ao período posterior ao termo do prazo de exe- cução da decisão	114
2.5.7. Juros de juros	118
 3. Formas de obter direito de indemnização para além dos juros indemnizatórios e juros de mora	
3.1. Acção para reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	127
3.2. Possibilidade de utilização da acção comum	129
 4. Responsabilidade por actos ilegais praticados em execução fiscal	
4.1. Penhoras ilegais	135
4.1.1. Inadmissibilidade da penhora dos bens concretamente apreendidos ou da extensão com que foi realizada	135
4.1.2. Imediata penhora dos bens que só subsidiariamente respondam pela dívida exequenda	136
4.1.3. Penhora de bens que, não respondendo, nos termos de direito substantivo, pela dívida exequenda, não deviam ter sido abran- gidos pela diligência	137
4.2. Actos de reversão ilegais	137
4.3. Direito de indemnização do comprador nos casos de anulação de venda	139

ÍNDICE GERAL

4.4. Não declaração da prescrição pelo órgão da execução fiscal e continuação indevida do processo de execução fiscal	144
4.5. Não conclusão do processo de execução fiscal no prazo	147
4.6. Indevido prosseguimento de execução por falta de citações dos credores e do cônjuge do executado	148
5. Indemnização por prestação de garantia indevida	
5.1. Direito de indemnização por prestação indevida de garantia e direito de indemnização por caducidade de garantia	153
5.2. Meios de obter indemnização por garantia indevida	154
5.3. Meios processuais em que se aplica o regime de indemnização por garantia indevida	155
5.4. Formulação do pedido em execução de julgado	157
5.5. Liquidação de indemnização em execução de sentença	161
5.6. Pedido de indemnização por garantia indevida em acção de indemnização por responsabilidade civil extracontratual	162
5.7. Meios equivalentes a garantia bancária – Seguro-caução	163
5.8. Forma de obter a quantia necessária para o pagamento e entidade responsável	163
6. Direito de indemnização por caducidade de garantia	
6.1. Montante da indemnização	168
6.2. Meios para requerer a indemnização	171
6.3. Forma de obter a quantia necessária para o pagamento e entidade responsável	172
7. Responsabilidade por informações ilegais	175